



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

3º QUADRIMESTRE DE 2021

Brasília
Dezembro de 2021

Brasília, 26 de janeiro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante do Ministério da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2021, se encerra em 30 de janeiro do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja

finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2021.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro da Economia

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal	5
Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	9
Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	11
Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito	12
Anexo 5 – Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar	12
Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	14
Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos	15

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)
	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.968.183	20.683.162	20.886.624	20.863.343	20.712.119	34.878.875	21.015.613	21.353.741	21.237.865	20.878.742	32.123.156	24.145.691	279.747.114	977.162
Pessoal Ativo	11.160.028	10.880.188	10.875.272	10.928.807	10.882.656	17.189.949	10.998.053	11.330.769	11.176.078	10.914.280	17.200.672	13.990.615	147.527.364	538.954
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.577.349	9.250.722	9.284.011	9.337.862	9.283.219	15.561.950	9.387.616	9.728.481	9.570.465	9.388.335	14.215.257	12.153.604	126.738.870	340.670
Obrigações Patronais	1.582.679	1.629.466	1.591.260	1.590.945	1.599.437	1.627.998	1.610.437	1.605.613	1.525.945	2.985.415	1.837.011	20.788.494	198.285	198.285
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.795.888	9.787.534	9.981.578	9.900.228	9.801.589	17.647.079	9.986.782	9.987.408	10.020.497	9.914.268	14.860.327	10.099.439	131.782.616	172.979
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.319.348	6.325.250	6.502.962	6.389.816	6.291.024	11.996.131	6.409.017	6.409.670	6.419.150	6.346.737	9.504.287	6.466.860	85.380.252	126.409
Pensões	3.476.540	3.462.284	3.478.616	3.510.412	3.510.565	5.650.948	3.577.764	3.577.739	3.601.346	3.567.531	5.356.040	3.632.579	46.402.364	46.569
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	12.267	15.441	29.775	34.308	27.875	41.847	30.778	35.563	41.291	50.194	62.158	55.637	437.135	265.229
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.090.537	3.017.366	3.039.067	3.175.209	3.555.261	11.954.337	3.726.829	3.554.592	3.797.212	3.107.748	4.309.003	2.808.901	49.136.063	226.033
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	26.297	74.066	258.420	150.505	58.102	89.647	95.202	114.457	88.959	49.514	67.132	64.882	1.137.182	11.559
Decorrentes de Decisão Judicial	111.470	233.530	223.476	232.319	227.157	7.023.013	322.377	654.737	457.543	311.463	455.238	332.709	10.585.031	208.478
Despesas de Exercícios Anteriores	55.043	27.755	28.185	36.380	32.527	30.859	44.050	27.292	38.796	15.245	11.468	488.544	836.144	876
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.897.727	2.682.014	2.528.987	2.756.006	3.237.476	4.810.818	3.265.201	2.758.106	3.211.914	2.731.526	3.775.165	1.922.767	36.577.706	5.120
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.877.646	17.665.796	17.847.557	17.688.134	17.156.858	22.924.538	17.288.783	17.799.149	17.440.654	17.770.994	27.814.153	21.336.790	230.611.051	751.129
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.062.519.048	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													231.362.180	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														21,775%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%¹													402.694.719	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%													382.559.983	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%													362.425.247	34,110%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF														

¹ O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS														
	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.701	42.621	42.663	42.751	42.770	64.003	43.452	43.575	43.032	42.951	64.225	43.393	558.136	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.701	42.621	42.663	42.751	42.770	64.003	43.452	43.575	43.032	42.951	64.225	43.393	558.136	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	27.962	27.925	27.942	27.960	27.985	41.802	28.179	28.014	28.037	27.954	41.879	27.892	363.532	0	
Pensões	14.739	14.696	14.721	14.790	14.785	22.201	15.273	15.560	14.996	14.996	22.346	15.500	194.603	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	309	309	308	308	28.243	42.060	488	275	40.612	34.569	23.197	6.308	176.985	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	60	60	60	60	12	12	30	30	0	0	0	0	326	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	249	248	247	247	246	245	245	245	244	244	244	244	2.950	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	27.985	41.802	213	0	40.367	34.325	22.953	6.064	173.709	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	42.392	42.313	42.355	42.443	14.527	21.943	42.964	43.299	2.420	8.382	41.027	37.085	381.151	0	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.062.519.048	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	381.151	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,036%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.795.657	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	1.705.874	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	1.616.091	0,152%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RPNP (b)*
	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	31.810	31.685	31.598	31.697	31.653	47.480	31.918	31.922	31.832	32.053	48.073	33.233	414.955	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.810	31.685	31.598	31.697	31.653	47.480	31.918	31.922	31.832	32.053	48.073	33.233	414.955	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	23.396	23.334	23.232	23.269	23.182	34.732	23.268	23.193	23.313	23.523	35.204	24.061	303.709	0
Pensões	8.415	8.351	8.366	8.428	8.471	12.748	8.649	8.729	8.519	8.530	12.869	9.172	111.246	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	61	56	56	29.812	23.188	34.738	14.641	5.459	18.865	29.892	18.781	12.632	188.181	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	56	56	56	6	6	6	61	61	1	1	51	56	414	0
Despesas de Exercícios Anteriores	6	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	60	71	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	29.806	23.182	34.732	14.575	5.398	18.864	29.891	18.731	12.516	187.695	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	31.749	31.629	31.542	1.885	8.465	12.743	17.277	26.463	12.968	2.161	29.291	20.601	226.774	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			1.062.519.048	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			226.774	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				0,021%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹			1.051.894	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%			999.299	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%			946.704	0,089%

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

² Este demonstrativo retifica o valor de R\$ 1.500 que consta como pagamento de vencimentos de Pessoal Ativo em julho de 2021. A retificação não altera o valor de Despesa Total de Pessoal (DTP) publicado no Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre deste ano.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RPNP
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.318.622	1.101.343	1.064.626	1.087.469	1.050.354	1.256.915	1.034.057	1.082.302	1.079.141	1.069.918	1.326.486	1.134.008	13.605.242	23.363
Pessoal Ativo	555.137	574.706	554.425	523.665	527.683	576.294	484.919	513.504	513.703	504.467	614.743	648.505	6.591.752	21.139
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	534.669	558.842	538.499	507.719	511.738	560.379	468.996	497.694	497.889	488.680	583.254	632.727	6.381.087	20.479
Obrigações Patronais	20.468	15.865	15.926	15.946	15.945	15.915	15.923	15.809	15.815	15.787	31.489	15.779	210.665	661
Pessoal Inativo e Pensionistas	763.485	526.637	510.200	563.805	522.671	680.622	549.138	568.798	565.438	565.450	711.743	485.503	7.013.490	2.224
Aposentadorias, Reserva e Reformas	674.278	464.099	441.850	495.043	453.598	586.791	479.517	498.624	493.704	492.974	615.197	426.375	6.122.049	865
Pensões	89.207	62.538	68.350	68.762	69.073	93.831	69.621	70.174	71.734	72.476	96.546	59.128	891.440	1.359
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	571.328	72.552	78.553	79.010	82.071	68.412	78.741	85.406	75.594	85.363	89.776	86.822	1.453.627	215
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.173	3.275	5.381	6.164	9.145	5.525	4.313	7.280	9.914	8.507	5.000	7.947	75.624	0
Decorrentes de Decisão Judicial	96	96	96	96	121	106	2.831	112	112	263	112	124	4.163	0
Despesas de Exercícios Anteriores	503.408	834	444	1.586	1.442	1.579	1.467	2.179	1.775	3.819	2.009	553	521.096	97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	64.650	68.348	72.632	71.164	71.363	61.202	70.129	75.835	63.793	72.774	82.656	78.198	852.744	117
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	747.294	1.028.791	986.073	1.008.459	968.283	1.188.503	955.317	996.896	1.003.547	984.555	1.236.710	1.047.186	12.151.614	23.149
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													1.062.519.048	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													12.174.763	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														1,146%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)													23.375.419	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%													22.206.648	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%													21.037.877	1,980%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF														

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares		
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.960.917.148	7.109.856.353	7.481.718.015	7.613.351.186
Dívida Mobiliária	6.909.656.227	7.017.530.457	7.411.567.855	7.601.931.776
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2017)	0	0	0	-71.680.730
Dívida Contratual	44.031.240	48.709.030	58.005.677	73.872.787
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	419.072	34.939.424	3.047.613	921.213
Demais	6.810.608	8.677.442	9.096.870	8.306.141
DEDUÇÕES (II) *	2.414.035.284	2.552.124.100	2.724.150.182	2.774.773.785
Ativo Disponível	1.450.852.573	1.513.513.116	1.680.242.878	1.734.295.496
Haveres Financeiros	1.040.674.010	1.118.118.466	1.130.425.534	1.123.066.450
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-77.491.299	-79.507.482	-86.518.231	-82.588.161
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	4.546.881.864	4.557.732.253	4.757.567.833	4.838.577.401
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	651.943.266	763.023.604	938.730.994	1.062.519.048
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	1067,72%	931,80%	797,00%	716,54%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	697,44%	596,71%	506,81%	455,39%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % ²	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	1.919.897.618	1.919.897.618	1.919.897.618	2.256.171.268
RPPS Civil	1.157.593.143	1.157.593.143	1.157.593.143	1.309.624.241
Despesas Previdenciárias do FCDF	58.469.832	58.469.832	58.469.832	56.353.455
Militares Inativos	405.782.998	405.782.998	405.782.998	554.974.554
Pensões Militares	298.051.645	298.051.645	298.051.645	335.219.018

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2020.

² Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		R\$ milhares		
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.960.917.148	7.109.856.353	7.481.718.015	7.613.351.186
Dívida Mobiliária	6.909.656.227	7.017.530.457	7.411.567.855	7.601.931.776
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	4.760.272.452	4.846.850.209	5.231.787.936	5.343.364.587
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-3.712.371	-3.688.100	-3.934.012	-3.740.480
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.925.777.096	1.961.680.582	1.970.183.760	2.029.394.035
Dívida Securitizada	4.630.653	4.194.817	4.195.450	4.313.158
Dívida Mobiliária Externa	222.688.397	208.492.949	209.334.721	228.600.477
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2016)	0	0	0	-71.680.730
Dívida Contratual	44.031.240	48.709.030	58.005.677	73.872.787
Dívida Contratual de PPP	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	44.031.240	48.709.030	58.005.677	73.872.787
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	419.072	34.939.424	3.047.613	921.213
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.750.833	2.629.913	2.623.414	2.723.656
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	4.059.776	6.047.529	6.473.455	5.582.485
DEDUÇÕES (II)	2.414.035.284	2.556.824.122	2.724.150.182	2.774.773.785
Ativo Disponível	1.450.852.573	1.513.513.116	1.680.242.878	1.734.295.496
Depósitos do TN no BCB	1.447.970.098	1.503.325.820	1.676.948.855	1.731.527.223
Depósitos à Vista	2.882.474	10.187.296	3.294.023	2.768.273
Arrecadação a Recolher	0	0	0	0
Haveres Financeiros	1.040.674.010	1.122.818.488	1.130.425.534	1.123.066.450
Aplicações Financeiras	487.281.387	605.720.494	627.820.096	620.518.228
Disponibilidades do FAT	344.120.513	353.681.738	369.009.804	390.496.642
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	143.160.874	252.038.756	258.810.292	230.021.585
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	300.464.093	298.023.995	304.411.365	313.819.986
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	584.557.875	564.889.789	562.842.391	569.042.700
Créditos da Lei nº 8.727/93	9.132.266	9.451.443	9.897.770	7.366.462
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	33.261.412	32.102.472	31.365.282	35.140.692
Demais Dívidas Renegociadas	55.963.709	60.873.451	64.659.440	69.344.320
Ajustes para Perdas	-382.451.169	-369.293.160	-364.353.518	-367.074.189
Demais Ativos Financeiros	252.928.530	219.073.999	198.194.074	188.728.236
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	257.847.310	224.028.980	202.632.017	193.459.722
Ajustes para Perdas	-4.918.780	-4.954.981	-4.437.943	-4.731.486
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-77.491.299	-79.507.482	-86.518.231	-82.588.161
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	4.546.881.864	4.553.032.231	4.757.567.833	4.838.577.401
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	651.943.266	763.023.604	938.730.994	1.062.519.048
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1067,72%	931,80%	797,00%	716,54%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	697,44%	596,71%	506,81%	455,39%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%=²	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	1.919.897.618	1.919.897.618	1.919.897.618	2.256.171.268
RPPS Civil	1.157.593.143	1.157.593.143	1.157.593.143	1.309.624.241
Despesas Previdenciárias do FCDF	58.469.832	58.469.832	58.469.832	56.353.455
Millitares Inativos	405.782.998	405.782.998	405.782.998	554.974.554
Pensões Militares	298.051.645	298.051.645	298.051.645	335.219.018

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)	R\$ milhares			R\$ milhares
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	232.516.842	235.334.699	224.290.029	234.129.559
Em Operações de Crédito Externas	135.180.751	137.889.517	129.305.978	137.389.719
Em Operações de Crédito Internas	97.336.091	97.445.181	94.984.052	96.739.840
AOS MUNICÍPIOS (II)	26.854.686	28.499.958	27.533.771	30.544.394
Em Operações de Crédito Externas	19.961.585	21.064.242	20.149.894	22.351.793
Em Operações de Crédito Internas	6.893.102	7.435.716	7.383.877	8.192.602
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	36.625.848	40.961.208	38.454.838	38.736.754
Em Operações de Crédito Externas	26.792.014	31.773.645	29.864.299	30.743.067
Em Operações de Crédito Internas	9.833.834	9.187.562	8.590.538	7.993.687
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	37.004.736	35.891.845	33.815.271	34.179.495
FGTS - BNDES (2)	2.200.017	2.077.515	1.986.127	1.834.203
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	25.415.284	24.437.598	22.684.492	24.988.192
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	1.236.620	1.236.620	1.236.620	0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.650	22.437		22.230
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	771.160	803.391	803.391	902.203
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	3.600.861	3.586.952	3.372.145	2.726.912
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 (2)	3.758.145	3.727.332	3.710.058	3.705.754
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	333.002.112	340.687.710	324.093.909	337.590.202
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	651.943.266	763.023.604	938.730.994	1.062.519.048
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	51,08%	44,65%	34,52%	31,77%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	391.165.960	457.814.162	563.238.596	637.511.429
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	352.049.364	412.032.746	506.914.737	573.760.286

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	232.516.842	235.334.699	224.290.029	234.129.559
Em Garantia às operações de Crédito Externas	135.180.751	137.889.517	129.305.978	137.389.719
Em Garantia às operações de Crédito Internas	97.336.091	97.445.181	94.984.052	96.739.840
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	26.854.686	28.499.958	27.533.771	30.544.394
Em Garantia às operações de Crédito Externas	19.961.585	21.064.242	20.149.894	22.351.793
Em Garantia às operações de Crédito Internas	6.893.102	7.435.716	7.383.877	8.192.602
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	16.408.590	16.772.223	15.571.777	15.161.073
Em Garantia às operações de Crédito Externas	11.184.763	12.001.909	11.205.727	11.199.116
Em Garantia às operações de Crédito Internas	5.223.827	4.770.315	4.366.050	3.961.958
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	275.780.118	280.606.880	267.395.578	279.835.027

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

1) A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

2) Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ milhares

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	655.543.723	2.099.675.946
Mobiliária	654.413.296	2.082.827.217
Interna	654.413.296	2.071.028.219
Refinanciamento	407.235.250	1.644.343.833
Outras Internas - Orçamentárias	247.023.864	358.281.462
Outras Internas - Extraorçamentárias	154.182	68.402.923
<i>Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008</i>	131.185	131.185
<i>Trocas e Demais Operações Internas</i>	22.997	68.271.739
Externa	0	11.798.998
Refinanciamento	0	3.148.846
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	8.650.152
Contratual	1.130.427	16.848.730
Externa	1.130.427	16.848.730
Abertura de Crédito - Orçamentárias	1.130.427	16.848.730

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.062.519.048	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.710.137.073	160,95%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.710.005.889	160,94%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	131.185	0,01%
Concessão de Garantias ²	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	389.538.873	36,66%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS³	637.511.429	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de R\$ 4.588,1 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

LDO - Lei nº 14.116, de 31/12/2020, art. 159

R\$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL ¹	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	Despesas Empenhadas e Não Liquidadas do Exercício	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) ²
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = a - (b + c + d + e)	(g)	(h) = (f - g)	(h)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	192.657.724.990	6.738.271.793	49.364.012.383	19.434.933.543	10.979.460.035	106.141.047.237	28.470.917.250	77.670.129.987	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.637.471.107.619	2.261.672.323	16.151.905.399	18.411.722.802	19.498.269.801	1.581.147.537.294	88.313.944.588	1.492.833.592.706	8.008
1. Recursos vinculados à Educação	16.300.543.769	126.486.320	23.600.066	1.758.961.442	-204.504	14.391.700.446	1.803.373.631	12.588.326.815	0
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	40.330.201.833	719.221.330	7.748.857.527	3.095.213.136	404.614.520	28.362.295.319	16.142.313.058	12.219.982.261	8.008
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	725.419.133	1.665.782	619.237.088	1.187.277	159.342.813	-56.013.827	5.260.654	-61.274.481	0
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	8.889.129.504	232.926	6.617.819.758	0	773.053	2.270.303.768	959.318.405	1.310.985.363	0
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	10.461.276.997	1.108.538	8.745.289	2.103.542	-321.783	10.449.641.411	238.047.557	10.211.593.854	0
6. Recursos da Dívida Pública	1.207.238.905.303	690.520.026	9.787.845	7.291.054.556	169.021.122	1.199.078.521.754	26.273.601.618	1.172.804.920.136	0
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	13.662.020.918	68.282	485.667	10.528.492	7.124.423	13.643.814.054	16.365.734	13.627.448.320	0
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	31.100.517.134	0	0	1.317.313.957	0	29.783.203.177	25.212.190.646	4.571.012.531	0
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	268.563.048.152	719.394.364	1.103.576.260	4.817.697.845	2.463.173.268	259.459.206.415	17.653.297.845	241.805.908.570	0
10. Outros Recursos Vinculados	40.129.694.361	2.974.755	19.795.902	117.662.554	16.296.979.845	23.692.281.306	10.175.441	23.682.105.865	0
11. Recursos a Classificar	70.350.515	0	0	0	-2.232.957	72.583.472	0	72.583.472	0
TOTAL (III) = (I + II)	1.830.128.832.609	8.999.944.116	65.515.917.782	37.846.656.344	30.477.729.836	1.687.288.584.531	116.784.861.838	1.570.503.722.693	8.008

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota:

A coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta em 31/12/2020" foi recalculada de acordo com a classificação atual das fontes de recursos. Dessa forma, o detalhamento dos valores apresentados nessa coluna pode ser diferente daquele publicado no relatório de dezembro de 2020, na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta

Atual"

² Os recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.062.519.048	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		231.362.180	21,775%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		402.694.719	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		382.559.983	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		362.425.247	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		381.151	0,036%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.795.657	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		1.705.874	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		1.616.091	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		226.774	0,021%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		1.051.894	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		999.299	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		946.704	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		12.174.763	1,146%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹		23.375.419	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		22.206.648	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		21.037.877	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		4.838.577.401	455,39%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		337.590.202	31,77%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		637.511.429	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		389.538.873	36,66%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		637.511.429	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado		116.784.861.838	1.701.507.070.657

Fonte: SIAFI - STN/CONT/GEINF

PAULO FONTOURA VALLE
Secretário do Tesouro Nacional

GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES
Secretário Federal de Controle Interno, substituto

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
3º QUADRIMESTRE DE 2021

PORTARIA Nº 375, DE 8 DE JULHO DE 2020, DA STN, QUE APROVOU A 11ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal:
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados:
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão, identificados por Natureza de Despesa Detalhada: Auxílio Reclusão Ativo Civil, 31900502: Auxílio-Reclusão Ativo Militar.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
Obrigações Patronais	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
Pessoal Inativo e Pensionistas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar

	MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 03 – Pensões do RPPS e do Militar MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Civis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes Elemento de Despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Ainda sem metodologia definida.
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares Naturezas de Despesas que 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor tenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")

Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	91 – Sentenças Judiciais
	EXCETUANDO-SE	
	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	92 – Despesas de Exercícios Anteriores
	EXCETUANDO-SE	
	Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Fonte de Recursos	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Fonte de Recursos	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO	
União	UO – Poder
	0 – Poder Executivo
	UO – Órgão Máximo
	34000 – Ministério Público da União
	59000 – Conselho Nacional do Ministério Público
	EXCLUINDO-SE
	Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)

Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0004 – Território do Amapá
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0003 – Território de Roraima
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT–A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN–D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN–P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT–D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN–F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN–M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN–I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT–E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT–A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN–A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN–C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT–B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN–A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN–A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN–A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata –11111.50.05 Poupança –11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU –11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU Critérios

	Tipo de Administração Órgão	"3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta) EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo 89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN–D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN–P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN–F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT–B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN–B (VL + CM + ENC) – BACEN)	
Dívida Securitizada	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) 22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)	
Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo	
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado 21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas 21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas 21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas –11381.30.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado –11381.30.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas	
Dívida Contratual		
Dívida Contratual de PPP	Sem informação.	
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00 Empréstimos Externos – Em Contrato 21211.03.01 Crédito Securitizado	

	21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos 21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente 21214.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados 21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados 21215.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios 21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios 21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos 21221.06.01 Débitos de Operações Especiais 21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais 21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos – Inter Estados 21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios 22221.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos 22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos 21731.03.01 Instituições Financeiras 21731.06.02 Instituições Não Financeiras 21771.01.01 Instituições Financeiras 21735.04.02 Instituições Não Financeiras 22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis 21231.01.02 Financiamentos Internos 22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22731.03.01 Instituições Financeiras 22771.01.01 Instituições Financeiras
	Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto 63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado 63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação 63210.00.00 RP Processados a Pagar 52211.01.01 Originário do OGU 52211.02.01 Antecipação – LDO 52211.02.09 Anulação da Antecipação – LDO 52212.01.01 Originário do OGU 52212.01.03 Originário do OGU – Suplementação Automática

	52212.02.01 Créditos Especiais Abertos 52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos 52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos – Suplementação 52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos 52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos 52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação 52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas 52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária 52219.03.00 Dotação Transferida 52219.04.00 Cancelamento de Dotações 52219.01.01 Acréscimo 52219.01.09 Redução 52219.02.01 Acréscimo 52219.02.09 Redução 52219.03.01 Acréscimo 52219.03.09 Redução –62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago Critérios Ação de Governo 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00 Entidades Credoras – Federais 22891.16.00 Obrigações Junto a Entidades Federais 22731.04.01 Instituições Financeiras Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)" Conta Corrente Exceto “PF1705118”
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	21311.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais 21314.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados 21315.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios 21121.01.00 Benefícios Previdenciários 21141.98.00 Outros Encargos Sociais 21144.98.00 Outros Encargos Sociais – Inter Estados 21145.98.00 Outros Encargos Sociais – Inter Municípios 21111.01.01 Salários, Remunerações e Benefícios 22311.01.00 Fornecedores Nacionais 21411.99.00 Outros Tributos e Contribuições Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial)
DEDUÇÕES	

Ativo Disponível	
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00 Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00 Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Critérios
	Órgão EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora EXCETO 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN–SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.
Haveres Financeiros	
Aplicações Financeiras	
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09 Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11 Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX Operações Especiais
	11351.07.XX Depósitos Especiais
	11351.11.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios
	Critérios
	Unidade Gestora 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX Patrimônio Líquido

	11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio –11111.02.XX Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional –11111.03.XX Conta Única – Subconta Fundo do RGPS –11111.04.XX Conta Única – Subconta Dívida Pública –11121.02.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior –11121.03.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior –11121.50.00 Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira –11121.52.00 Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo –11111.19.XX Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916) –122XX.XX.XX Investimentos –123XX.XX.XX Imobilizado –124XX.XX.XX Intangível –125XX.XX.XX Diferido 11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio Critérios Tipo de Administração 07 – "Fundos" Órgão EXCETO 37904 – “Fundo do Regime Geral da Previdência Social” e 25915 – “Fundo Constitucional do Distrito Federal” Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados

	11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001– Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001– Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios

	11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.
Demais Dívidas Renegociadas	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".

	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Ajustes para Perdas	12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa 12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos 12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos 11291.04.01 Ajuste de Perdas 11394.01.01 *Ajuste de Perdas – Subgrupo 113 12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.02.03 Juros a Receber – Financiamentos Concedidos 11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber 11241.03.02 Juros a Receber – Operações Especiais 11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber – Exceto FAT 11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados 11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios 11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas 11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados 11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT 12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber 12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber 12111.03.16 Juros a Receber – Operações Especiais 12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios Critérios Unidade Gestora 170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"

	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”
	Unidade Gestora	170700 – “Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	11291.04.01	Ajuste de Perdas
	11291.04.03	Ajuste de Perdas em Operações Especiais
	12111.99.04	*Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12111.99.07	*Ajuste de Perdas – em Operações Especiais
	Critérios	
	Unidade Gestora	170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”
	Unidade Gestora	170700 – “Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
	63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	63210.00.00	RP Processados a Pagar
	62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	Critérios	
	Ação de Governo	EXCETO 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
	62292.01.02	Empenhos em Liquidação
	62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
	63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	Critérios	
	Unidade Gestora	EXCETO 170600 – Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2394/2022/ME, de 21 de janeiro de 2022, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre de 2021.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2021, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, aprovado pela Portaria STN no 495, de 2017.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	232.516.841,61	235.334.698,65	224.290.029.473,91	234.129.559.208,34
Em Operações de Crédito Externas	135.180.751,04	137.889.517,27	129.305.977.725,54	137.389.718.730,59
Em Operações de Crédito Internas	97.336.090,57	97.445.181,38	94.984.051.748,37	96.739.840.477,75

AOS MUNICÍPIOS (II)	26.854.686,34	28.499.957,97	27.533.771.068,45	30.544.394.414,77
Em Operações de Crédito Externas	19.961.584,70	21.064.241,65	20.149.894.416,15	22.351.792.663,45
Em Operações de Crédito Internas	6.893.101,65	7.435.716,31	7.383.876.652,30	8.192.601.751,32
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	27.079.585,61	31.089.181,78	29.240.779.804,19	29.544.452.835,04
Em Operações de Crédito Externas	17.245.751,83	21.901.619,35	20.650.241.310,23	21.550.765.863,00
Em Operações de Crédito Internas	9.833.833,78	9.187.562,43	8.590.538.493,96	7.993.686.972,04
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058.120,04	9.192.301.010,63
Em Operações de Crédito Externas	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058.120,04	9.192.301.010,63
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	295.997.375,65	304.795.864,28	290.278.638.466,59	303.410.707.468,78
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
	EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	232.516.841,61	235.334.698,65	224.290.029.473,91	234.129.559.208,34
Em Garantia às operações de Crédito Externas	135.180.751,04	137.889.517,27	129.305.977.725,54	137.389.718.730,59
Em Garantia às operações de Crédito Internas	97.336.090,57	97.445.181,38	94.984.051.748,37	96.739.840.477,75
DOS MUNICÍPIOS (VII)	26.854.686,34	28.499.957,97	27.533.771.068,45	30.544.394.414,77
Em Garantia às operações de Crédito Externas	19.961.584,70	21.064.241,65	20.149.894.416,15	22.351.792.663,45
Em Garantia às operações de Crédito Internas	6.893.101,65	7.435.716,31	7.383.876.652,30	8.192.601.751,32
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	6.862.328,02	6.900.197,52	6.357.718.869,98	5.968.772.188,13
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.638.501,29	2.129.882,91	1.991.668.966,46	2.006.814.578,27
Em Garantia às operações de Crédito Internas	5.223.826,73	4.770.314,61	4.366.049.903,52	3.961.957.609,86
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058.120,04	9.192.301.010,63
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058.120,04	9.192.301.010,63
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	275.780.118,06	280.606.880,02	267.395.577.532,38	279.835.026.821,87

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4o, inciso II, da Instrução Normativa no 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2021 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3o quadrimestre de 2021, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 303,41 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 190,48 bilhões, equivalente a 62,78% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 112,93 bilhões, 37,22% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R\$ 13,13 bilhões (4,52%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 1,97 bilhões (1,77%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R\$ 11,16 bilhões (6,23%) durante o 3o quadrimestre de 2021.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão no 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 – Anexo III

Valores em Reais
1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				15.607.250.537,80	19.771.736.436,34	18.658.572.343,77	19.543.951.284,72
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				15.607.250.537,80	19.771.736.436,34	18.658.572.343,77	19.543.951.284,72
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	1.623.968.750,00	1.519.762.500,00	1.446.553.125,00	1.395.125.000,00
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	2.273.556.250,00	2.195.212.500,00	2.089.465.625,00	2.092.687.500,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	2.760.746.875,00	2.701.800.000,00	2.571.650.000,00	2.615.859.375,00
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	3.247.937.500,00	3.377.250.000,00	3.053.834.375,00	3.139.031.250,00

BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.897.525.000,00	4.052.700.000,00	3.857.475.000,00	4.185.375.000,00
BID4358/OC-BR	01/08/18	USD	600.000.000,00	1.729.566.387,97	1.798.426.873,60	1.711.793.792,84	1.857.302.755,22
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	0	4.052.700.000,00	3.857.475.000,00	4.185.375.000,00
BIRD7964-BR	05/12/11	USD	50.000.000,00	73.949.774,83	73.884.562,74	70.325.425,93	73.195.404,50
Interna				4.610.007.046,96	4.417.247.818,70	4.224.488.590,44	4.031.729.362,18
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				4.610.007.046,96	4.417.247.818,70	4.224.488.590,44	4.031.729.362,18
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	BRL	5.916.460.013,00	2.222.416.334,58	2.089.346.874,08	1.956.277.413,58	1.823.207.953,08
BNDES - 2010589	30/11/10	BRL	3.468.868.873,04	2.387.590.712,38	2.327.900.944,62	2.268.211.176,86	2.208.521.409,10
TOTAL INTERNA E EXTERNA				20.217.257.584,76	24.188.984.255,04	22.883.060.934,21	23.575.680.646,90

14. A Instrução Normativa no 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2021 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2021	BIRD9162-BR	BIRD	Município de Salvador/BA	04/10/21	USD	125.000.000,00	Salvador Social Multi-Sector Service Delivery Project II - Salvador Social 2ª Fase
2021	BID5138/OC-BR	BID	BANDES	15/10/21	USD	30.000.000,00	Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo
2021	BIRD9188-BR	BIRD	Estado do Amazonas	04/11/21	USD	200.000.000,00	Programa de sustentabilidade fiscal, econômica, social e ambiental do Estado do Amazonas
2021	BID5188OC/BR	BID	Estado da Paraíba	13/12/21	USD	38.412.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO II PB
2021	BID4933/OC-BR	BID	Estado do Espírito Santo	21/12/21	USD	216.800.000,00	Programa Eficiência Logística do Espírito Santo
2021	BID4741/OC-BR	BID	Estado do Espírito Santo	28/12/21	USD	37.800.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Espírito Santo - PROFISCO II - ES
2021	BID5248/OC-BR	BID	Estado do Ceará	29/12/21	USD	28.000.000,00	Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PROMOJUD)
2021	NDB - 20BR06	NDB	Município de Curitiba/PR	29/12/21	USD	75.000.000,00	Aumento da Capacidade e Velocidade do BRT do Eixo Leste-Oeste e Sul
2021	BID5237/OC-BR	BID	Estado do Ceará	30/12/21	USD	52.156.000,00	Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência (PReVio) do Estado do Ceará

2021	BIRD9081-BR	BIRD	Município de São Paulo/SP	31/12/21	USD	97.000.000,00	Programa de Melhoria da Mobilidade Urbana Universal - Corredor Aricanduva
------	-------------	------	---------------------------	----------	-----	---------------	---

15. Conforme estabelecido no art. 4o, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa no 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

							Em milhões de R\$
Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	41.777,51
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	26.718,53
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	10.167,03
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	2.658,41
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	444,67
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	366,76
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	354,85
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	280,16
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	239,80
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	189,20
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	88,86
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	133,01
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	61,41
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	30,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	8,10
Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	7,93
Chapécó-SC	2,27	-	-	-	3,76	-	6,03
Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	1,68
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	41.910,53

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava

aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação–Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACA
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar

	Conta Corrente	CG0000071 CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066 CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2111002 Natureza de Receita Começa com: 8111002	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP 89611.03.10 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP	
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2111001 Natureza de Receita Começa com: 2111003	
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.	
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP 89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP	
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP 89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP	

Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado
	89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado
	89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA
	89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições
	62132.00.00 Retificações
	62133.00.00 Compensações
	62134.00.00 Incentivos Fiscais
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios
	Natureza de Receita Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições
	62132.00.00 Retificações
	62133.00.00 Compensações
	62134.00.00 Incentivos Fiscais
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00 Receita Realizada
	89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo
	89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo
	Critérios (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)
	Natureza de Receita Começa com: 2121001
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições
	62132.00.00 Retificações
	62133.00.00 Compensações
	62134.00.00 Incentivos Fiscais
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios
	Natureza de Receita Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Internas	212110398 Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições
	62132.00.00 Retificações
	62133.00.00 Compensações
	62134.00.00 Incentivos Fiscais
	62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00 Receita Realizada
	Critérios
	Natureza de Receita Começa com: 2122001
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.

Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2119001 Natureza de Receita Começa com: 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)	

5) DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR – ANEXO 5 – LRF, ART. 55

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo; – Mês de referência: 14 (o código 14 indica exercício fechado no SIAFI); – Poder UG Executora: Executivo, exceto os Órgãos Ministério Público da União (34000) e Conselho Nacional do Ministério Público da União (59000); Composição das colunas do relatório:

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		(a)	+ 1.1.1.0.0.00.00 (“Caixa e Equivalentes de Caixa”) com ISF (Indicador de Superávit Financeiro) igual a “F”. + Valor positivo da equação “8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber para pagamento de restos a pagar. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber) – 8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a receber relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	De Exercícios Anteriores	(b)
		Do Exercício	(c)
	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		
			(d)

	Demais Obrigações Financeiras	(e)	+ 2.0.0.0.0.00.00 com filtro “ISF Lançamento” igual a “F”; - 2.1.8.9.2.39.01 (Cota Recebida Diferida); - 2.1.8.9.2.39.02 (Repasse Recebido Diferido); - 2.1.8.9.2.39.03 (Sub-Repasse Recebido Diferido); - Colunas “b” e “c”; - 6.3.1.2.0.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação); - 6.3.1.5.2.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em Liquidação Bloqueados); - 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação); + Valor positivo da equação “8.2.2.1.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Liberar – Autorizado – Inscrição) – 8.2.2.2.4.01.01 (Restos a Pagar – Recursos a Receber – Autorizado – Inscrição)”. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado. + Valor positivo da equação “8.9.4.3.1.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Liberar) – 8.9.4.3.2.00.00 (Disponibilidade de Recursos por TED a Receber)”, ou seja, o valor líquido dos recursos a liberar relacionados a TED. Caso a equação resulte em valor negativo, esse valor deve ser desconsiderado.
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	(f) = (a – (b + c + d + e))	Para apurar a Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em RPNP do Exercício), subtraímos da coluna “a” (Disponibilidade de Caixa Bruta) a soma das colunas “b”, “c”, “d” e “e”.
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO		+ 5.3.1.7.1.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício a Liquidar); + 5.3.1.7.2.01.00 (Restos a Pagar Não Processados do Exercício em Liquidação).
	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		+ 6.3.1.9.1.00.00 (Cancelamento por Insuficiência de Recursos).

Linhas Agregadas	Fonte de Recursos		Fonte Detalhe		Mudança no TG em 2021
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	017001; 032281; 392070; 980001	Incluído detalhamento 980001
	78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	=	980000	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	711010; 980000	
	88	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICAÇÃO			
	98	DESVINCULACAO DE RECURSOS			
	99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL			
1. Recursos vinculados à Educação	12	REC.DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	EXCETO	150071	
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	261010	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	261010	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	261010	
	93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.			
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência e FAT)	06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF			
	17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS P/ O MONTEPIO CIVIL			

	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033907; 033908; 033909; 033911; 110244	
	23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	369010; 253030	Incluído detalhe 253030
	39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	=	191372; 209262	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	369010	
	51	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL			
	53	REC.DEST.ÀS ATIVIDADES-FINS SEGURIDADE SOCIAL			
	55	CONTRIB. S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA			
	70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	=	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	Nova classificação da fonte 70
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	369010; 369011; 057202	
	94	DOACOES PARA COMBATE A FOME			
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	56	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR P/ PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR PUBLICO			
	69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.PUBLICO			
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	=	559020	
	50	RECURSOS PRÓPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	=	017250	
	54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL			
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	=	339040; 409040	
	80	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	=	339040	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	559020	
5. Recursos de Receitas Financeiras Vinculadas	07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS			
	60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO			
	61	CERTIFICADOS DE PRIVATIZACAO			
	67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE			
	89	REC. OPER. OF. CRED - RETORNO REF. DIV. CLUB. PARIS			
6. Recursos da Dívida Pública	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	751010	
	43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL			
	44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL			
	46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA			
	47	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - BENS/SERVIÇOS			

	48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA			
	49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS			
	52	RESULTADO DO BACEN			
	59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS			Nova classificação
	71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB			Nova classificação
	73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.			Nova classificação
	64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA			
	97	DIVIDENDOS DA UNIAO			Nova classificação
7. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	62	RECURSOS DA UNIAO DECORRENTES DA ALIEN.DE BENS E DIREITOS DO PATRIM.PUBLICO			
	63	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	EXCETO	339040; 409040	
	65	ALIENÇÃO DE OBRIGAÇÕES DO FND			
	87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
8. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	01	TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS			
	02	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL			
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	=	017337	
	13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	=	150071	
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	=	033905; 033910	
	19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO			
	29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	=	442081; 442082; 731040	
	34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	=	001198; 032000; 032001	
	41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	=	32000	
	42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	=	032284; 032290; 999995; 999996; 999997; 999999	
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	=	471010	
	45	REC.PROD.DE PETROLEO/GAS NAT.CAMADA PRE-SAL	=	731040; 731041	Excluída a fonte 45 - Não existe mais
9. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE			
	11	CONTRIB.DE INTERVENÇÃO ECONOMICA -CIDE COMBUSTIVEIS	EXCETO	017337	
	15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA			
	16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA			
	18	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	EXCETO	033905; 033907; 033908; 033909; 033910; 033911; 751010; 110244	

20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS			
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO			
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	EXCETO	017001; 032281; 392070; 442081; 442082; 731040; 980001	incluído detalhamento 980001
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL			
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF			
32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF			
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO			
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	EXCETO	001198; 032000; 032001	
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE			
37	COTA-PARTE DOS PRECOS DE REAL. DOS COMB. AUTOM.			
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	EXCETO	191372; 209262	
40	CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP			
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	EXCETO	32000	
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	EXCETO	032284; 032290; 261010; 369010; 999995; 999996; 999997; 999999	
50	RECURSOS PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	EXCETO	017250	
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS			
58	FONTE EXCLUÍDA EM 2018 E SUBSTITUÍDA PELA 32			
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA			
70	REC. PROPRIOS PRIMARIOS C/ APLICACAO ESPECIFICA	EXCETO	120350; 120550; 262830; 270013; 270014; 270027; 270037; 701202; 701223; 702303	Nova classificação da fonte 70
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS			
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD			
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS			
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS			
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	EXCETO	980000	
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA			
80	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	EXCETO	339040	
81	RECURSOS DE CONVENIOS			
82	RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES			
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS			
84	CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS			

	85	DESV. PARCIAL DE REC. DA COTA - PARTE COMP. FINAN.			
	86	RECURSOS VINCULADOS A APLIC.EM POLITICAS PUBL.ESPECIFICAS	EXCETO	471010; 711010; 980000; 261010; 369010; 369011; 057202; 559020	
	92	SALDOS EXERCICIOS ANTERIORES - REC.DO TESOURO			
	95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS			
	96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC			
10. Outros Recursos Vinculados	09	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			
	21	APLICACOES DEFINIDAS NA ADPF N°568			
	22	RECURSOS DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO COVID-19			
	36	RECURSOS VINCULADOS APLICADOS EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	EXCETO	369010; 261010; 559020; 253030	Incluído detalhe 253030
	90	RECURSOS DIVERSOS			
		Demais códigos contidos no Tesouro Gerencial que não se encaixam nas demais fontes.			
11. Recursos a Classificar	77	RECURSOS A CLASSIFICAR			

6) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 5.